



Assembleia da República  
Divisão de Apoio às Comissões  
Comissão de Orçamento e Finanças  
Entrada: 14/04/2023  
Discussão e votação a: 26/04/2023  
Resultado: Rejeitado  
Favor: IL, Carlos Pereira (PS)  
Contra: PS, PSD  
Abstenção: CH  
Ausência: PCP, BE, PAN e L

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças  
Deputado Filipe Neto Brandão

**Assunto:** Pedido de audição urgente do Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos

No dia 14 de abril de 2023, foi noticiado pelo jornal *Correio da Manhã* que a Caixa Geral de Depósitos terá tentado cobrar, desde 2012, uma dívida à empresa BKAT Consulting. De acordo com o mesmo jornal, um dos avalistas da referida empresa e, enquanto tal, responsável pela dívida, era o deputado do Partido Socialista, Carlos Pereira.

O deputado Carlos Pereira, entre outras responsabilidades, foi o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco que desenvolveu trabalhos entre 2016 e 2018, bem depois, portanto, do início das diligências da Caixa Geral de Depósitos para cobrança da dívida em causa. Ainda de acordo com a comunicação social, consta do processo em causa uma posição da Caixa Geral de Depósitos em que esta instituição bancária refere a aprovação, “em março de 2022, de uma solução para a liquidação extrajudicial de parte da dívida, com perdão do remanescente”.

Na manhã de dia 14 de abril, o deputado Carlos Pereira comunicou em conferência de imprensa que apenas obteve a assunção pessoal da dívida em 2022, mas que, enquanto avalista dessa mesma dívida, encetou vários procedimentos entre 2016 e 2021 para a regularização da dívida, tendo-se, ainda de acordo com o Sr. Deputado, debatido com a inação da Caixa Geral de Depósitos que, segundo a mesma declaração, fez com que fosse isento o pagamento de parte dos juros devidos a essa inação do banco durante o processo negocial.

Na prática, estaremos perante um processo negocial do qual o avalista beneficiou da isenção de juros por inadequação do funcionamento da Caixa Geral de Depósitos. O mesmo Deputado levantou ainda suspeições sobre “uma intenção retaliatória da Caixa, uma vez que podia resolver a questão por via negocial e que lhe foi apresentada várias vezes e optou antes por o confronto



judicial”, o que levanta questões sobre a possibilidade de instrumentalização das responsabilidades da Caixa Geral de Depósitos para, alegadamente, influenciar decisores políticos, uma prática que a ser confirmada, põe em causa a isenção da gestão da entidade bancária.

Em suma, ter-se-á verificado um processo negocial em que, de acordo com o próprio, houve inação da instituição bancária para a resolução do diferendo, o que esteve na base do não-pagamento de juros que se veio a verificar logo após a conclusão da já referida Comissão Parlamentar de Inquérito. Neste contexto, a Iniciativa Liberal considera que é fundamental esclarecer as circunstâncias que envolveram o referido perdão de juros de dívida.

Este caso gera dúvidas sobre a forma como a Caixa Geral de Depósitos geriu este processo, mas sobretudo, levanta questões sobre a forma como o banco tem lidado com processos de natureza similar envolvendo Pessoas Expostas Politicamente (PEP). Esta audição permitirá analisar com o Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos qual os procedimentos previstos relativamente a processos envolvendo PEP, de forma a identificar eventuais riscos e fragilidades desses procedimentos.

No caso vertente, o deputado Carlos Pereira deixou duas suspeitas, qualquer uma delas inaceitável e a exigir esclarecimentos. A suspeita de que houve tratamento de favor, o que é inaceitável para os contribuintes portugueses que são, de facto, os acionistas da Caixa Geral de Depósitos. A suspeita de que teria havido uma qualquer forma de “atitude retaliatória” por parte da instituição bancária pública, o que seria inaceitável para os representantes eleitos dos portugueses.

Nestes termos e por estes motivos, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vêm requerer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Orçamento e Finanças promova a audição, com carácter de urgência, do Exmo. Senhor Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos.

Palácio de São Bento, 14 de abril de 2023

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal

Rui Rocha



João Cotrim de Figueiredo

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva